

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 479 - Brasília, terça-feira, 10 de junho de 1997

Cafeteira e Lauro comentam fim da estabilidade

O fim da estabilidade dos servidores públicos previsto na reforma administrativa foi comentado ontem em plenário pelos senadores Epitácio Cafeteira e Lauro Campos. "O governo possui instrumentos para punir os maus servidores públicos, sem precisar abolir a estabilidade", afirmou Cafeteira. Já Lauro Campos advertiu que o enxugamento da máquina estatal poderá provocar desemprego adicional de 20% no Brasil. Segundo o senador, política de desemprego não é boa bandeira numa campanha eleitoral. **Página 8**

Odacir constata que fundos não cumprem objetivo

Os fundos constitucionais criados para minimizar os desequilíbrios regionais não cumprem os seus objetivos, constata o senador Odacir Soares. A razão, segundo ele, é a sistemática de cálculo dos juros, que usa a TRD (Taxa Referencial Diária) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Odacir argumentou que os empréstimos destinados às regiões Sul e Sudeste já estão desindexados e possuem encargos fixos de 12% ao ano. **Página 7**



Alcântara: convite a autoridades do governo



Romero Jucá: intenção é no mínimo "descabida"

"Tropa verde" causa preocupação no Senado

Alcântara e Jucá querem saber se governo está informado sobre existência de unidade militar norte-americana para atuar na Amazônia

Ademir Andrade condena concessão a madeiras

Proposta do governo de conceder a exploração de reservas florestais a madeiras nacionais e internacionais é "inaceitável", afir-

ma o senador Ademir Andrade. Segundo ele, a idéia mantém a política de exportar madeira em estado bruto. **Página 5**

NESTA EDIÇÃO

Arruda: agência do petróleo deve ficar em Brasília

Página 6

Napoleão não muda royalties em projeto

Página 6

Sai hoje relatório sobre a reforma da Previdência

Documento será lido por Beni Verás perante a Comissão de Justiça do Senado, que se reúne às 10h sob a presidência de Bernardo Cabral. Às 16h, Comissão do Nordeste ouvirá o chanceler Lampreia. **Página 2**

A notícia de que o governo norte-americano já tem pronta uma tropa de elite, organizada para "guardar" a floresta amazônica, causou preocupação ontem no plenário. O senador Romero Jucá anunciou a intenção de apresentar requerimentos para que os ministérios do Exército e das Relações Exteriores esclareçam se têm conhecimento da existência da "tropa verde". Lúcio Alcântara sugeriu à Comissão de Relações Exteriores que convide autoridades do governo para esclarecer a notícia, publicada pela revista *IstoÉ*. Bernardo Cabral considerou o assunto "mais grave do que se pensa". Ramez Tebet, por sua vez, lembrou a cobiça internacional sobre a Amazônia, que, segundo ele, deve ser ocupada logo pelos brasileiros. **Página 5**

Propostas visam regulamentar a reeleição

Palmeira e Agripino tratam da desincompatibilização, um dos temas polêmicos da matéria. Pág. 4

Beni Veras lê hoje relatório da Previdência

Reunião na CCJ será às 10h da manhã. À tarde, o ministro Luiz Felipe Lampreia fala na Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

O senador Beni Veras (PSDB-CE) apresenta hoje, às 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relatório sobre a proposta de emenda constitucional que trata da Previdência Social.

Às 16h, a Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste, que

tem como relator o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), ouve a exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

Por sua vez, a CPI do Trabalho Infantil, que apura a situação de crianças e adolescentes no Brasil, presidida pela senadora Marluce Pinto

(PMDB-RR), tem, às 10h, reunião de trabalho. Também estão previstas as instalações de várias comissões mistas destinadas a examinar e emitir parecer sobre medidas provisórias, dentre elas, a que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Homenagem ao padre

José de Anchieta será prestada pelo Senado Federal durante a sessão de hoje, no tempo destinado à *Hora do Expediente*. A solenidade atende requerimento do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), em comemoração ao quarto centenário de falecimento do missionário jesuíta.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Recebe o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Humberto Eustáquio César Mota

11h30 - Participa da reunião da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Sala de reuniões do Palácio do Planalto (2º andar)

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à *Hora do Expediente* será prestada homenagem ao quarto centenário de falecimento de José de Anchieta. **Orador inscrito:** senador José Ignácio Ferreira.

Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Projeto de Resolução nº 115/95**, que dispõe sobre a alienação de bens que integram o patrimônio do Senado Federal; ***Projeto de Resolução nº 69/97**, que eleva para US\$ 10 bilhões o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57/95, do Senado Federal; e ***Projeto de Resolução nº 70/97**, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 12,6 milhões junto a um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

Pauta: Apresentação do relatório sobre a PEC nº 33, que modifica o sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1507-20/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1511-11/97, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65 e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1523-8/97, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213/91. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1565-5/97, que altera a legislação que rege o salário-educação. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1524-8/97, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (11.06.97)

15h - Comparecimento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos a respeito das negociações entre o Banco Bamerindus

S.A. e o Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation.

Interpelantes inscritos: senadores Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Bernardo Cabral e Ademir Andrade.

Quinta-feira (12.06.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à *Hora do Expediente* será prestada homenagem aos 175 anos da Maçonaria no Brasil. **Oradores inscritos:** senadores Esperidião Amin e Valmir Campelo.

Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Projeto de Decreto Legislativo nº 13/97**, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado entre os governos do Brasil e do Chile, em Brasília, em 25.03.96; ***Projeto de Decreto Legislativo nº 21/97**, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Nova Zelândia, em Brasília, em 18.06.96; e ***Projeto de Decreto Legislativo nº 25/97**, que aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação, assinada pelo governo brasileiro, em Paris, em 15.10.94.

Sexta-feira (13.06.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (11.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PECs nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária e *** nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PLC nº 06/97**, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Petróleo; e ***Mensagem nº 103/97**, que submete ao Senado Federal o nome de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 112/96 (não terminativo)**, que dispõe que os planos de saúde, seguros-saúde e similares deverão manter os patamares de mensalidades vinculados à idade de ingresso no sistema; ***PLC nº 75/96**, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala nas condições que especifica; e ***PLS nº 16/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quinta-feira (12.06.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)**, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; e ***PLS nº 30/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do ex-prefeito de Osasco - SP, Celso Giglio. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho



Abdias Nascimento

Abdias exalta memória de líder negro

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) homenageou o fundador da Associação Universal para o Avanço Negro, o jamaicano Marcus Garvey, falecido em 1940. "Garvey compreendeu três necessidades básicas do negro em todo o mundo: a dignidade e o auto-respeito como povo unido, uma África independente e unida como base de uma força central e instituições autônomas para impulsionar a vida das comunidades negras", disse.

De acordo com Abdias Nascimento, a Associação Universal para o Avanço Negro organizou, em 1920, a 1ª Convenção dos Povos Africanos do Mundo, com a presença de 25 mil representantes de todos os continentes. Segundo o senador, o resultado mais importante desse encontro foi a Declaração de Direitos dos Povos Negros do Mundo, que condenava o colonialismo, afirmava o direito inerente do negro de governar a África e instituir o vermelho, o preto e o verde como as cores simbólicas do pan-africanismo.

"A filosofia de Marcus Garvey não é perfeita, nem fornece uma base adequada para a moderna teoria e prática da luta africana. Em consequência disso, é fácil e legítimo levantar críticas construtivas às suas idéias e ao seu movimento. Mas não se pode negar o legado que ele deixou como fundamento essencial à organização política do negro. Seu espírito continua vivo, apesar dos incansáveis esforços dos seus adversários em destruí-lo", afirmou.

CPI dos Precatórios debate procedimento para convites

Antonio Carlos Magalhães apela ao espírito público de Bernardo Cabral e Roberto Requião para garantir o êxito da comissão

Ao lembrar que "o êxito da comissão supera qualquer dificuldade", o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apelou ontem ao espírito público dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Roberto Requião (PMDB-PR) para que superem as divergências surgidas com relação à fórmula de emissão do convite aos governadores, prefeitos e secretários de Fazenda que deverão comparecer à CPI dos Precatórios.

O presidente da CPI, Bernardo Cabral, ocupara a tribuna para dizer-se surpreso com a emissão de ofícios destinados a convidar o prefeito Celso Pitta, o ex-prefeito Paulo Maluf e o governador Mário Covas a comparecerem à CPI. Conforme disse, os ofícios eram assinados por um funcionário da CPI, sob os ordens do relator, Roberto Requião. Ele prosseguiu avisando o seguinte:

"Eu tenho tido o cuidado de não interferir, em nenhum instante, no trabalho do relator. Mas essa me parece uma interferência que eu não sei como adjectivar. Estou recebendo ofício do prefeito Celso Pitta dizendo que estará aqui na CPI. Mas lá eu não estarei. E eu queria dar essa



Bernardo Cabral

notícia de viva voz para que não haja má-interpretação".

Em seguida, o senador Roberto Requião pediu a palavra para dizer que esse era um assunto que poderia ter sido tratado particularmente no âmbito da CPI e não em plenário. Ele explicou que se tratava de um mal-entendido, visto que o convite às autoridades implicadas no relatório da CPI tinha sido decidido em reunião daquele colegiado, na presença de Cabral.

Requião leu as notas taquigráficas da referida reunião e argumentou que a presença dessas autoridades fazia-se necessária para o exercício do direito do contraditório, exi-



Roberto Requião

gência presente em qualquer processo de investigação, como é o caso das realizadas pelas comissões parlamentares de inquérito. Também disse que os governadores que já manifestaram o desejo de comparecer à comissão estão

sendo contactados para marcar uma data de seu interesse.

O presidente do Senado encerrou o debate dizendo que, "seja como for, o êxito da comissão é mais importante que esse de-

sentendimento". Ele apelou ao espírito público dos dois senadores para que encontrem um caminho a fim de que a divergência se acabe e para que a comissão possa funcionar normalmente.

Pitta depõe amanhã

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta, comparecerá ao Senado amanhã, às 17h, para prestar esclarecimentos à CPI dos Precatórios, segundo confirmação da própria comissão.

Cabral aplaude doação de cineasta

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou ontem a decisão do diretor do filme *Bocage - O triunfo do amor*, Djalma Limongi Batista, de doar, integralmente, o percentual a que teria direito na arrecadação a institutos de prevenção à Aids. Cabral leu matéria do jornal *Correio Brasileiro*, onde Ba-

tista define o filme sobre o poeta português Manoel Maria Barbosa du Bocage como um "grande delírio poético".

De acordo com o senador, o diretor e sua equipe viajaram por sete estados brasileiros e regiões de Portugal para contar a história da viagem de Bocage ao Brasil, Macau e Goa (Índia). "Segundo Djalma Limongi Ba-

tista, o filme é, antes de tudo, uma homenagem à língua portuguesa", afirmou Cabral.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) informou que *Bocage - O triunfo do amor* estreia em Fortaleza na próxima quinta-feira, no encerramento do 7º Festival de Cinema do Ceará.

REELEIÇÃO

Senado começa a apreciar projetos de regulamentação

Já foram lidos em plenário, e serão agora apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), dois projetos de lei complementar regulamentando a emenda constitucional que permitiu a reeleição de ocupantes de cargos executivos.

Um dos projetos foi apresentado pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). Ele explicita que os candidatos à reeleição não

terão que se desincompatibilizar dos respectivos cargos, e trata do uso da máquina pública na campanha eleitoral, das normas de conduta ética, da fiscalização e das disposições gerais.

A outra proposição é de autoria do senador José Agripino (PFL-RN) e sugere a progressividade na liberação do instituto da desincompatibilização.

Palmeira proíbe uso da máquina pública

O senador Guilherme Palmeira apresentou projeto de lei complementar estabelecendo que o presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal, prefeitos e vice-prefeitos poderão ser candidatos à reeleição, uma só vez, sem que tenham que se desincompatibilizar dos seus cargos.

Pela proposição, os candidatos à reeleição ficam impedidos de utilizar, para fins eleitorais, sem ressarcimento dos respectivos custos, veículo, embarcação e aeronave pertencente ao patrimônio público; participar de solenidades públicas de inauguração de obras de seus respectivos governos manifestando-se para pedir votos para si ou para terceiros; ou aludindo à condição de candidato e valer-se de prédios públicos para a realização de reuniões relacionadas às suas candidaturas.

Também ficam proibidos aos candidatos, entre outros, os seguintes atos: conferir qualquer honraria de caráter público a pessoas, entidades ou instituições que tenham colaborado ou venham a colaborar com suas campanhas; participar de programas de rádio ou televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de pronunciamento urgente e relevante. O projeto ainda impede os candidatos à reeleição, sob pena de cassação das candidaturas, de baixar atos que impliquem a outorga de permissões concedidas pelos respectivos governos a pessoas, entidades ou instituições que participem, financiem ou venham a financiar as respectivas campanhas.



Palmeira

cento ao patrimônio público; participar de solenidades públicas de inauguração de obras de seus respectivos governos manifestando-se para pedir votos para si ou para terceiros; ou aludindo à condição de candidato e valer-se de prédios públicos para a realização de reuniões relacionadas às suas candidaturas.

Também ficam proibidos aos candidatos, entre outros, os seguintes atos: conferir qualquer honraria de caráter público a pessoas, entidades ou instituições que tenham colaborado ou venham a colaborar com suas campanhas; participar de programas de rádio ou televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de pronunciamento urgente e relevante. O projeto ainda impede os candidatos à reeleição, sob pena de cassação das candidaturas, de baixar atos que impliquem a outorga de permissões concedidas pelos respectivos governos a pessoas, entidades ou instituições que participem, financiem ou venham a financiar as respectivas campanhas.

Agripino trata de desincompatibilização

O projeto do senador José Agripino determina que a inelegibilidade prevista em lei complementar para os mesmos cargos não se aplicará aos governadores e prefeitos eleitos regularmente a partir de 2002. Até essa data, entretanto, nas eleições regulares que forem realizadas, os governadores e prefeitos eleitos para um mandato subsequente terão de afastar-se do cargo, mas poderão a ele retornar a partir do dia seguinte à proclamação do resultado pela Justiça Eleitoral.

Isso significa que os governadores eleitos a partir de

1998 e os prefeitos eleitos a partir de 2000 poderão concorrer à reeleição no exercício do cargo.

Enquanto vigorar a regra de desincompatibilização para a reeleição de governadores (pleito de 1998) e de prefeitos (pleito de 2000), entretanto, estará valendo uma proposta de transição, que permite aos reeleitos retornarem ao cargo no dia seguinte à proclamação do resultado da eleição, propõe o senador.

Agripino refere-se ao entendimento de importantes juristas de que a regra da reeleição trans-

formou a inelegibilidade absoluta dos chefes do Executivo em inelegibilidade relativa, podendo tais autoridades serem reelegíveis desde que se afastem definitivamente de seus cargos, conforme determina a Lei Complementar nº 64/90: "Não obstante essa inelegibilidade relativa de governadores e prefeitos, su-

gerimos que a remoção desse obstáculo à adoção, em sua inteireza, do princípio da reeleição possa ser efetivada por etapas" - explica Agripino.



Agripino



Francelino Pereira

Vice sempre foi reelegível, explica Francelino Pereira

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da emenda constitucional da reeleição, contestou ontem, em discurso, notícia publicada sábado pelo *Jornal do Brasil* afirmando que o vice-presidente foi esquecido na mudança constitucional.

- O noticiário estranhou o "silêncio" sobre o vice. Não há o que estranhar. O vice-presidente não é alcançado pela regra vedatória da reeleição. Esta é a tradição constitucional republicana. O vice sempre pôde ser reeleito. A proibição que existia destinava-se ao presidente da República, aos governadores e aos prefeitos - explicou.

Conforme Francelino, o vice-presidente só não podia ser reeleito se substituisse ou sucedesse o presidente no período anterior às eleições. "A regra da simetria constitucional estendia ao vice-governador e ao vice-prefeito o mesmo tratamento", assinalou.

Depois de mostrar como era a situação de vice em todas as constituições brasileiras, o senador concluiu que o noticiário do fim de semana se equivocou. "O vice continua reelegível. A novidade agora reside na eliminação da inelegibilidade se ele substituisse ou sucedesse o presidente da República, exigência que a emenda constitucional aprovada e promulgada na semana passada não adotou."

Tutela sobre Amazônia preocupa Alcântara

Ele quer esclarecimentos a respeito de notícia publicada pela imprensa que revela a criação, pelo governo norte-americano, de um "grupo verde" destinado a "guardar a floresta amazônica"



Ademir Andrade

Ademir condena exportação de madeira bruta

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que a proposta do governo federal de conceder a exploração de reservas florestais a madeiras nacionais e internacionais "é inaceitável" porque mantém a política de permitir a exportação de madeira em estado bruto, sem exigir o beneficiamento na região de origem.

Segundo o senador, as normas para as concessões propostas pelo ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, não prevêm "restrição alguma a empresas de capital estrangeiro" e não estabelecem nenhuma condição para que o produto seja industrializado na Amazônia.

A proposta, na opinião de Ademir Andrade, revela incoerência do governo federal, que se queixa do déficit na balança comercial e "nada faz contra a exportação de produtos semielaborados e a importação dos mesmos, mas acabados". A diferença de preços entre uns e outros no mercado, conforme o senador, é de 1 para 176.

O Pará, que exporta cerca de 400 milhões de dólares/ano de madeira em estado bruto, não tem, de acordo com o senador, "nenhuma política federal ou estadual de beneficiamento, feito basicamente nos estados do Sul/Sudeste e nos países do Hemisfério Norte". Ademir admite a exploração, mas disse que fará o possível para "impedir a exportação do produto semielaborado".

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sugeriu ontem à Comissão de Relações Exteriores que convide autoridades do governo para esclarecerem notícia publicada pela revista *IstoÉ* sobre a criação de um "grupo verde" pelo governo norte-americano, destinado a "guardar a floresta amazônica".

- Essa notícia é preocupante. Diz a matéria da revista que a informação teria sido dada pela tenente da Marinha americana Jane Campbell, porta-voz do Comando Sul dos EUA. Mais tarde, ela teria desmentido sobre o assunto. Mas não podemos esquecer que existe aquela velha história da internacionalização da Amazônia. O Senado tem a obrigação de esclarecer o assunto - disse.

Alcântara leu trechos da notícia, destacando uma parte que menciona a existência de campos de treinamento das

Para Bernardo Cabral, o assunto é mais grave do que se pensa

"tropas verdes", os quais já teriam sido visitados por jornalistas latino-americanos. O senador ressaltou uma declaração do embaixador do Brasil nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima, para quem o Brasil "não necessita de tutela na preservação" de seu território.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que, apesar das contestações do embaixador do Brasil, "o assunto é mais grave do que se pensa e, por isso, não pode cair no

vazio". Ramez Tebet (PMDB-MS), ex-relator da comissão do Senado que investigou denúncias sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), sustentou que a região "ainda é extremamente cobijada internacionalmente" e, por isso, é necessário que o governo brasileiro tome medidas que levem à sua rápida ocupação.

to e das Relações Exteriores, em que pergunta se o governo tem conhecimento da existência da "tropa verde". Além disso, o senador quer saber se, conforme publicado na revista *IstoÉ*, os militares brasileiros colaboraram com os americanos na formação da tropa de elite e qual a posição do governo em relação ao assunto.

Segundo o senador, a revista noticiou que, no último dia 4, a porta-voz do Comando Sul dos Estados Unidos, tenente Jane Campbell, anunciou que o governo americano já tem pronta uma tropa de elite, organizada para "guardar a floresta amazônica".

Osmar critica suspensão do Atlético do PR

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) considerou ontem "absurda" a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva de suspender o Atlético Paranaense, por um ano, de todas as competições oficiais. "Se houve corrupção por parte do presidente do clube, ele deve ser banido, como ocorreu, mas não é justo que os torcedores sofram", disse.

Para Osmar, o Atlético-PR sofrerá um grande prejuízo financeiro e moral por causa da suspensão. Em aparte, Epitácio Cafeteira (PPB-MA) também se mostrou "indignado" com a punição imposta ao time.

Tebet comemora vitória de Guga na França



Ramez Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou ontem que a vitória do tenista Gustavo Kuerten, no torneio aberto da França, "encheu de júbilo os corações de todos os brasileiros, e o Senado não pode deixar de se associar às manifestações de alegria e contentamento que emanam do povo".

- O Brasil está feliz e contente, e esse acontecimento precisa ficar registrado nos Anais desta Casa. O êxito conquistado pelo atleta Guga, além de merecer a nossa homenagem, contribuiu para amenizar as manchetes sobre os mais variados tipos de violência que têm ocorrido no país - frisou.

Senador deseja saber se militares brasileiros colaboraram

Arruda quer escritório da Agência Nacional do Petróleo em Brasília

Senador propõe que Comissão de Assuntos Econômicos corrija "distorção" no projeto que prevê a localização no Rio de Janeiro

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sustentou ontem que a Agência Nacional do Petróleo, órgão que regulará a participação da iniciativa privada na exploração desse recurso natural, deve ter, além da sede e do foro, o escritório central instalado em Brasília, e não no Rio de Janeiro, como dispõe projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais na semana passada.

Ele explicou que essa questão se insere num conceito básico de modelo de Estado. Em sua opinião, o artigo do projeto que fixa o escritório central no Rio de Janeiro é equivocada, assim como é equivocada a existência de mais funcionários públicos naquele estado do que em Brasília, que é a capi-



José Roberto Arruda

tal da República.

Arruda disse que o momento de se corrigir essa distorção é agora, quando o projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos. "Basta o artigo dizer que a sede da Agência Nacional do Petróleo é em Brasília, e não que o es-

critório central será no Rio de Janeiro", explicou.

Na opinião do senador, um órgão operacional pode localizar-se no Brasil inteiro e, no seu entender, deveria fixar-se exatamente em regiões mais pobres do país, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste. Mas um órgão regulador, como é o caso da Agência Nacional do Petróleo, terá necessariamente que se situar na capital da República.

José Roberto Arruda lembrou que essa agência substituirá o Departamento Nacional de Combustíveis, que já existe e cuja sede é em Brasília. Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que cerrará fileiras com Arruda para que essa agência fique em Brasília.



Jáder Barbalho

Jáder sugere maior controle do Banco Central

Projeto, em tramitação na Casa, apresentado pelo senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), pretende oferecer ao Senado um controle maior e mais efetivo sobre a programação do Banco Central para a oferta trimestral de moeda e crédito na economia. A proposição aprimora dispositivos do artigo 6º da Lei nº 9.069, que dispõe sobre o Plano Real e o sistema monetário nacional, fixando regras e condições para a emissão da moeda.

Pela proposta, o Executivo deverá enviar a programação ao Congresso no mínimo 15 dias antes do início do trimestre a que se destina. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá prazo de até 15 dias, após seu recebimento, para emitir parecer, e o plenário do Congresso outros 10 dias para aprovar ou rejeitar essa programação.

O projeto inclui, ainda, sanções legais contra os responsáveis pelo descumprimento dessa obrigação, bem como determina a suspensão imediata da execução da programação monetária anteriormente aprovada pelo Legislativo, até regularização da situação. O exame da documentação encaminhada fora do prazo regular somente seria feito se acompanhada de mensagem presidencial que justifique o atraso.

Jáder Barbalho considera a medida necessária, tendo em vista que, a seu ver, os procedimentos administrativos da autoridade monetária, na atualidade, prejudicam um exame efetivo e criterioso da matéria pelo Legislativo.

Hugo Napoleão não altera royalties

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), relator, na CCI, do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as atividades relativas ao monopólio do petróleo, afirmou ontem que, "em nenhum momento, garantiu que iria modificar o projeto" de modo a assegurar aos municípios produtores royalties de 10% sobre a produção de petróleo e gás.

Cabe o esclarecimento, conforme o senador, porque, em pronunciamento feito na semana passada, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que ele, na qualidade de relator, "teria se comprometido a introduzir tal mudança no projeto".

Segundo Hugo Napoleão, ele de fato recebeu os representantes da bancada federal do Rio de Janeiro no Senado e na Câmara, mas in-



Hugo Napoleão

formou-os que lhe competia uma análise sobre os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa. Por isso, aconselhou os parlamentares a apresentarem emendas ao projeto no âmbito das comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, ou por ocasião da deliberação de plenário.

Hugo Napoleão salientou

que, com o mesmo objetivo da bancada federal carioca, recebeu correspondência da Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes em que se considera que o texto do projeto "escancara a possibilidade de as empresas que operarem na Bacia de Campos, na Bahia, no Rio Grande do Norte e em outras bacias sedimentares do território nacional não pagarem os 10% previstos".

Para o senador, no entanto, sua decisão de não modificar o projeto foi respaldada por parecer do secretário de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, Giovanni Toniatti, segundo o qual "a região da Bacia de Campos é das que menor risco geológico apresentam, daí passar a ser remunerada sempre com o máximo de royalties".

Odacir propõe mudança em juros de fundos

Para senador, Executivo deve alterar a sistemática usada no cálculo de correção de financiamentos a produtores da região Norte, mais caros do que os do Sul e Sudeste

João Rocha condena industrialização sem base realista



João Rocha

"Uma visão estratégica das necessidades do país, com prioridade à interiorização do desenvolvimento, valorizan-

do as vantagens territoriais e climáticas do Brasil e a vocação nacional para a agricultura." Esta é, na opinião do senador João Rocha (PFL-TO), a ótica que o governo federal deve ter para atender as reais necessidades do país.

A seu ver, com o incentivo a projetos agroindustriais, seriam oferecidos mais empregos no campo e nas cidades e se evitariam as disputas entre estados brasileiros para abrigar montadoras de automóveis, oferecendo financiamentos e subsídios, "sem uma avaliação mais realista do custo-benefício de empreendimentos dessa natureza".

João Rocha disse que o Projeto Brasil em Ação, implementado pelo governo federal com o objetivo de gerar empregos, "é um lamentável equívoco quanto à eleição e direcionamento de prioridades industriais". Na sua opinião, o setor automobilístico vem apresentando crise no mundo inteiro, com reflexos no ABC paulista, onde é detectado um aumento substancial do desemprego.

O setor automobilístico não é o mais apropriado a nos trazer divisas e gerar empregos, pois cada vez mais, devido aos avanços tecnológicos, dispensa a mão-de-obra qualificada - afirmou João Rocha. A seu ver, o lógico seria o Brasil se voltar para a agricultura e para a agroindústria.

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que os empréstimos concedidos a produtores rurais e industriais da Amazônia no âmbito dos fundos constitucionais de financiamento, "criados para minimizar os desequilíbrios regionais", não estão cumprindo seus objetivos. A razão, segundo explicou, está no fato de esses empréstimos serem corrigidos por meio de indexadores, como a Taxa Referencial Diária (TRD) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Ele fez apelo ao ministro do Planejamento e à Secretaria Especial de Políticas Regionais



Odacir Soares

no sentido de que se efetue a correção da sistemática utilizada.

Odacir Soares ressaltou que os empréstimos rurais destinados às regiões Sul e Sudeste já estão desindexados e possuem encargos financeiros fixos em 12% ao ano. Os custos dos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, pelos cálculos do senador, chegam a até 22% ao ano. Essa sistemática, a seu ver, "promove uma total inversão de valores", já que, pela lei, os empréstimos concedidos ao Norte deveriam custar menos do que os concedidos ao Sul.

Bianco pede por pequeno produtor rural

O senador José Bianco (PFL-RO) fez apelo em favor da aprovação de projeto de sua autoria que pretende restabelecer "o princípio constitucional da igualdade perante a lei" para os agricultores prejudicados pelo programa de estabilização econômica, em função do fechamento de contratos de crédito rural sob o regime de correção de débitos via TR.

O parlamentar destaca que "o reconhecimento de que o simples assentamento não é suficiente para transformar o colono em feliz e realizado proprietário rural" levou o legislador a introduzir dispositivo na Lei nº 9.126, estabelecendo como obrigatoriedade dos agentes financeiros dos fundos constitucionais a aplicação de 10 por cento daqueles recursos no financiamento aos colonos assentados em programas oficiais de reforma agrária.



Jose Bianco

Esses créditos, ainda segundo a lei, mereceram tratamento especial, com a aplicação de redutores de 50 por cento sobre as parcelas de pagamento do principal e dos encargos. Mas isso apenas para as operações contratadas a partir de 1977/95. "Ocorre que ficaram de fora dos benefícios da lei os agricultores que firmaram seus contratos em meio à inflação ainda existente pouco antes e logo no início do Plano Real", argumenta Bianco. Com a queda dos índices inflacionários e dos preços dos produtos agrícolas, "a redução da TR não mais exerce sua antiga função de diminuir, de forma real, o ônus imposto ao agricultor".

Hollanda elogia ação do Banco do Nordeste

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou ontem a atuação do Banco do Nordeste como fomentador do desenvolvimento econômico e social da região. A seu ver, "são raríssimos os agentes de desenvolvimento e as empresas que, perseguindo novos patamares de competitividade e eficiência, ainda contribuem para fortalecer uma política de desenvolvimento, em consonância com os propósitos mais altos da nação".

Segundo o senador, o Banco do Nordeste, em 1996, alcançou o lucro líquido de R\$ 42,4 milhões, injetou R\$ 2,5 bilhões na economia nordestina, gerando 570 mil novos empregos, e elevando sua participação média, no sistema financeiro regional, de 43% para 55,6%. Além disso, no mesmo ano, foi o líder do ranking da Federação dos Bancos Brasileiros (Fe-

braban) na concessão do crédito rural, dando prioridade ao setor primário, aos pequenos produtores e às cooperativas.

Joel de Hollanda ressaltou a implementação do Programa Agentes de Desenvolvimento, que surgiu da constatação de que "o crédito nem sempre resolve as dificuldades típicas do subdesenvolvimento". De acordo com ele, o banco detectou que, além de oferecer crédito, precisava proporcionar orientação gerencial e tecnológica que permitisse aos produtores escolher corretamente o que produzir, como fazê-lo, em que quantidades e para qual mercado.



Hollanda

O senador também destacou o Programa de Geração de Emprego e Renda, o Proger, administrado pela instituição, que permitiu a criação de 17.735 novos empregos.

Cafeteira defende estabilidade para servidor

Pretender a demissão no serviço público é louvação do retrocesso, diz o senador, lembrando que há 63 anos o funcionário é considerado estável na administração brasileira

“O governo possui instrumentos para punir os maus servidores públicos, sem precisar abolir a estabilidade”, disse ontem o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), contrário à demissão na administração pública. A seu ver, o argumento governamental de que a estabilidade protege o mau servidor é falacioso: “Ele pode ser demitido sim, mas por motivos justos, jamais por caprichos e humores pessoais”.

Para o senador, a melhor forma de sanar as falhas do serviço público é uma política mais humana e respeitosa, va-



Epitácio Cafeteira

lorizando o servidor e proporcionando incentivos ao seu trabalho. “Para tanto, torna-se necessária a criação de cursos de aperfeiçoamento, salários dig-

nos e a estipulação de carreiras verdadeiramente promissoras. Aliado a tudo isso, é imperativa uma justa aposentadoria.”

Segundo Cafeteira, muitas propagandas governamentais procuram reforçar e fixar a imagem de que todo servidor público é, por princípio, relapso e irresponsável, escudando-se na estabilidade para fugir de possíveis punições. “Os funcionários são vistos como um estorvo para o Estado, esquecendo-se de que eles representam a base ou o sustentáculo do edifício burocrá-

tico. É o seu trabalho que move a máquina governamental.”

Cafeteira ressaltou que a estabilidade foi um direito adquirido há 63 anos e “pretender derrubá-lo é fazer louvação ao retrocesso”. No seu entender, o instituto da não-retroatividade da lei preserva a estabilidade dos direitos garantidos na Constituição. “Se o governo derrubar a estabilidade por contar com uma estrutura parlamentar poderosa, o Poder Judiciário está aí para pôr freio ao arbítrio, corrigindo a ilegalidade e restaurando o instituto violado”, alertou o senador.

Lauro: enxugamento no quadro trará mais desemprego

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que o enxugamento da máquina estatal, em nome de uma maior eficiência dos servidores públicos, poderá provocar um desemprego adicional de mais de 20% no Brasil. O senador disse que o desemprego é o grande desafio do momento, e que o governo e quem o apóia deveriam se preocupar com o assunto.

“Principalmente agora, que as eleições se aproximam, é possível que milhares de servidores se salvem

pelo gongo, porque política de desemprego não é uma boa bandeira para se apresentar numa campanha eleitoral”, ponderou.

O senador declarou que “o desemprego atual difere bastante, para pior, dos desempregos anteriores”. Ele entende que, com a queda do muro de Berlim, desapareceu a polarização que teria mantido a Guerra Fria, os gastos bélicos e espaciais e o elevado volume de emprego.

Lauro Campos pregou que, diante da universalização da



Lauro Campos

crise do desemprego, do arrocho salarial e das perdas dos direitos dos trabalhadores, a resposta dos sindicatos deve ser de maior agressividade e de mundialização do movimento

sindical. “Novos motivos de luta surgem na crise atual do capitalismo: luta contra o neoliberalismo, contra o dumping salarial e a redução de salários como estratégia capitalista de articulação de uma concorrência predatória e sucateadora”, frisou.

“O único baluarte capaz de evitar o aprofundamento da barbárie que acompanha o caos do capitalismo em crise é o fragilizado movimento sindical ou são as organizações sociais como o MST e as ONGs”, constatou Lauro Campos.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EPI TÁCIO CAFETEIRA, ROMERO JUCÁ, RONALDO CUNHA LIMA E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vócos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.